

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O Estado de São Paulo*

Class.: 48

Data: 26.08.76

Pg.:

Refutada denúncia do Cimi

Da Sucursal e do
correspondente

A Secretaria de Segurança de Mato Grosso considerou ontem "inteiramente infundadas" as declarações feitas anteontem pelo padre Antônio Iasi, do Conselho Indigenista Missionário, segundo as quais o inquérito sobre o ataque à aldeia de Merure, no dia 15 de julho — no qual morreram o padre Rodolfo Lunkenbein, o índio Símano Cristino e um dos invasores — estaria sendo retardado por influência de fazendeiros da região que teriam tido interesse no massacre, um dos quais, Antônio Nonato Rocha, é candidato da Arena à Prefeitura de General Carneiro.

Sobre o mesmo assunto, o presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, limitou-se a dizer ontem que "o caso está na esfera do Judiciário", em Barra do Garça, porque se trata de "um crime comum". Explicou que o procurador da Funai, advogado Tibério Cordeiro, acompanhará o processo em Barra do Garça, e que se algum índio for convocado como testemunha, seu comparecimento será autorizado.

Refutando as declarações do padre Antônio Iasi, o chefe de gabinete da Secretaria de Segurança de Mato Grosso, Nobel Cuiabano, afirmou que "elas não têm qualquer fundamento", uma vez que "a polícia vem agindo com todos os meios de que dispõe" para prender "João Mineiro", apontado como líder do ataque, e os outros 18 posseiros e fazendeiros que invadiram Merure.

Segundo Cuiabano, antes que o caso fosse entregue à polícia federal, soldados da Secretaria da Segurança do Estado prenderam Manoel Borges da Silva, Francisco Luiz Bispo, Bento Bispo, João Batista da Silva, José Bispo e João Ribeiro Bispo, todos em flagrante, e ainda Luiz Gomes da Silva e Antônio Miguez, pouco depois.

"Nenhum deles teve até agora a prisão preventiva relaxada — disse Cuiabano — e por isso não se pode afirmar que esteja ocorrendo qualquer influência de quem quer que seja."

O delegado da Funai em Mato Grosso, coronel Rubens de Pinho, também assegurou que a polícia "tem feito o máximo e não se pode pretender que todos sejam presos de uma vez". Pinho informou ontem que até o final da semana estarão concluídos os trabalhos de demarcação da reserva bororo.

NOVA DENÚNCIA

O padre Ivo Poletto, da Comissão Pastoral da Terra, vinculada à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB — denunciou ontem que o Incra, pela sua atuação no posto indígena 7 de Setembro, em Rondônia, não quer solucionar o problema da reserva, que continua sendo invadida por posseiros, para que no futuro essas terras passem a pertencer às grandes empresas agropecuárias. Segundo ele, o Incra atua de acordo com o interesse dessas companhias.

Para comprovar sua denúncia, padre Ivo Poletto perguntou: por que não se mexe com as grandes fazendas próximas à área indígena, desapropriando-as para solucionar o caso dos posseiros, que adquiriu um caráter de tensão social? E justifica a facilidade da desapropriação defendida por ele, frisando que essas terras foram conseguidas "a custo de grilagem".

Na opinião de padre Poletto, a atuação do Incra acarretará a transferência dos índios suruí do posto 7 de Setembro para qualquer área indígena que não sofra a invasão de posseiros. Segundo ele, a gravidade da mudança dos suruí para outra reserva pode ser avaliada com a análise da saída dos índios krenhakarore de seu habitat, às margens do rio Peixoto de Azevedo, no Pará, para o parque do Xingu, em Mato Grosso, o que "descaracterizou a tribo".

APOENA

O sertanista Apoena Mirelles chegará hoje a tarde a Brasília, para entregar ao presidente da Funai um relatório sobre a situação no posto 7 de Setembro, em Rondônia.

O general Ismarth de Oliveira informou ontem que já está terminada a demarcação na reserva de Kuluene, em Mato Grosso, onde vivem 494 xavantes, e que os posseiros estão se retirando.